

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO CIÊNCIAS ECONÔMICAS GERENCIAIS - DECEG
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES E EFETIVIDADE DA
PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE O PORTAL DE
TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARIANA - MG**

JÚNIA MARIZE BARROS MIRANDA

MARIANA/MG
2016

JÚNIA MARIZE BARROS MIRANDA

**QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES E EFETIVIDADE DA PARTICIPAÇÃO
POPULAR: UM ESTUDO SOBRE O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO
MUNICÍPIO DE MARIANA - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Administração, da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito à obtenção de título de Bacharel em
Administração.

Orientadora: Profa. Me. Ambrozina de Abreu
Pereira Silva.

MARIANA/MG
2016

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

M672q Miranda, Júnia Marize Barros
Qualidade das Informações e Efetividade da Participação
Popular um estudo sobre o Portal de Transparência
do Município de Mariana - MG [manuscrito]/ Júnia Marize
Barros Miranda.-Mariana, MG, 2016.
22,[2] f.: il., figura.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais,
DECEG/ICSA/UPOP

1. Informação - Administração - Mariana (MG) - Teses.
2. Participação social - Mariana (MG) - Teses. 3.
Administração pública - Mariana (MG) - Teses. 4. MEM.
5. Monografia. I.Silva, Ambrozina de Abreu Pereira.
II.Universidade Federal de Ouro Preto. \$b Instituto
de Ciências Sociais Aplicadas. \$b Departamento de
Ciências Econômicas e Gerenciais. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 352

: 15

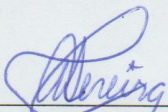
**QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES E EFETIVIDADE DA PARTICIPAÇÃO
POPULAR: UM ESTUDO SOBRE O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE MARIANA-MG**

JÚNIA MARIZE BARROS MIRANDA

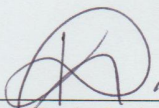
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

Orientadora: Prof^ª.Me. Ambrozina de Abreu Pereira Silva

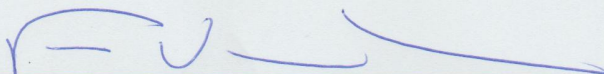
COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Me. Ambrozina de Abreu Pereira Silva
Orientadora e Presidente da Banca



Professora Karla Luisa Costa e Costa
Membro Avaliador



Professor Me. Fábio Viana de Moura
Membro Avaliador

Mariana, 26 de Julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

Considerando que minha caminhada universitária não começou na Universidade Federal de Ouro Preto não será tarefa fácil agradecer a todos. Registro minha eterna gratidão aos amigos e professores da primeira turma de sociologia da Universidade Federal Fluminense, que com carinho e sabedoria me mostraram que era preciso buscar novos rumos.

Agradeço aos meus pais, João e Maria, por acreditarem que mesmo muito jovem eu deveria seguir caminhos diferentes dos seus. Aos meus irmãos, Juliana e Cristiano, grandes exemplos e por vezes pilares que me sustentavam para que prosseguisse. As conversas entre nós nas madrugadas me influenciaram a querer debater ideias e buscar um futuro promissor.

Agradeço ao Marcos pelo carinho, compreensão e pelos momentos excepcionais que vivemos juntos.

Agradeço aos amigos ufopianos que estiveram comigo nessa jornada, vocês foram fundamentais.

À Universidade Federal de Ouro Preto, pelo curso de qualidade e por me proporcionar grandes momentos. Aos professores pela dedicação ao ensinar e pelo bônus das conversas de corredor, diversas decisões foram repensadas nesses momentos.

A minha orientadora, Ambrozina, pela confiança, paciência, pelos ensinamentos, pelas dicas e conversas.

Enfim, a Deus e a Nossa Senhora Aparecida pela proteção e por me conduzirem dentre os diversos caminhos possíveis.

LISTA DE SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
DGA	Dados Governamentais Abertos
LAI	Lei de Acesso a Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPF	Ministério Público Federal
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categorias e dimensões da Qualidade da Informação	7
--	---

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1. Administração pública, transparência e participação popular	3
2.2. Dimensões para avaliação dos portais de transparência	6
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	8
3.1. Instrumentos de coleta de dados	9
3.2. Fonte de dados e período de investigação.....	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	10
4.1. Análise da qualidade das informações do Portal de Transparência.....	10
4.2. Efetividade do portal de transparência como ferramenta de controle social da gestão pública.....	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICE	21

Qualidade das Informações e Efetividade da Participação Popular: Um Estudo sobre o Portal de Transparência do Município de Mariana - MG

RESUMO: Este estudo pretendeu analisar a qualidade das informações do portal de transparência e efetividade da participação popular no município de Mariana. Para tanto, foi utilizada abordagem qualitativa, tendo como meio de coleta de dados a pesquisa documental, a observação participante que ocorreu em audiências públicas e entrevistas com alguns cidadãos marianenses no ano de 2016. Quanto à qualidade das informações, diversos são os trabalhos que versam sobre o tema na literatura, porém o trabalho de Parker et al. (2006) foi escolhido como base, dada a sua relevância e abrangência ao reunir as principais dimensões apresentadas por outros autores para avaliar a qualidade das informações. Considerando as dimensões avaliadas, o portal atende em sua maioria aos requisitos avaliados para uma boa qualidade de informação, no entanto, a falta de dados comprometem a credibilidade, a integridade e a ocorrência de erros. Outro fator relevante é a difícil compreensão da linguagem utilizada que compromete o entendimento e, por conseguinte, o requisito compreensibilidade. Embora existam mecanismos como o portal e a realização de audiências, estes não foram suficientes para tornar a participação popular efetiva no que tange os atos da administração pública, no município de Mariana, em termos de planejamento, elaboração e monitoramento. Espera-se que este estudo contribua para melhoria da qualidade das informações prestadas pela administração pública e contribua para que se alcance a efetividade da participação popular.

Palavras-chave: Qualidades das informações; Portal da Transparência; Participação popular.

Information Quality and Effectiveness of Public Participation: A Study on the Transparency Portal Municipality Mariana - MG

ABSTRACT: This study aimed to analyze the quality of the information portal of transparency and effectiveness of public participation in the municipality of Mariana. In this case, it was used a qualitative approach and the means of data collecting to document research, participant observation occurred at public hearings and interviews with some local citizens in the year 2016. As for the quality of information, many are the works that deal with the subject in literature, but the work of Parker et al. (2006) was chosen as a basis, given its relevance and scope to meet the main dimensions presented by other authors to assess the quality of information. Considering the dimensions assessed, the site meets most of the requirements of a good quality of the information; however, the lack of data compromises the credibility, integrity and the occurrence of errors. Another relevant factor is the hard comprehension of the used language, which compromises the understanding and, consequently, the request comprehensibility. Although there are mechanisms like the portal and hearings, these were not enough to make the popular effective participation regarding acts of public administration in the municipality of Mariana, in terms of planning, preparation and monitoring. It is expected that this study will contribute to improve the quality of information provided by public administration and contribute to the attainment of effective popular participation.

Keywords: Qualities of information; Transparency Portal; Popular participation.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a informação tem ganhado cada vez mais destaque no campo administrativo. Reconhece-se a tendência que cidadãos externos as organizações, sejam públicas ou privadas, se interessem nas diversas ações realizadas internamente. No setor público tal destaque tem sido mais emblemático, pois, foram criados diversos mecanismos para que os cidadãos colaborem com a gestão pública.

Em um cenário onde a sociedade tem aumentado o interesse em participar das decisões referentes à gestão dos bens públicos, a transparência quanto a alocação de recursos, torna-se fator relevante. Desta forma, há uma cobrança maior por informações referentes aos atos da administração pública (FREY, 2007). Porém, os governos ainda encontram sérias dificuldades em divulgar informações que possam ser utilizadas de forma eficaz, eficiente e efetiva pelos cidadãos (MATIAS PEREIRA, 2010).

Um avanço notável quanto á divulgação de informações dos atos da gestão pública foi alcançado no Brasil quando, o Governo Federal por meio da Lei N° 12.527, de 18 de novembro de 2011 tornou obrigatório que estados e municípios prestem contas de suas ações de forma pública e acessível a toda sociedade. Como meio de divulgação, o principal instrumento desenvolvido e utilizado para tal fim tem sido os portais de transparência. Segundo a Controladoria Geral da União – CGU (2015) o objetivo da divulgação de informações é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

Ainda segundo o CGU (2015), o Governo brasileiro acredita que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, visto que, é mais um instrumento que induz os gestores públicos a agirem com responsabilidade, além de, permitir que a sociedade, através da posse das informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, com o objetivo de conferir se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

Uma vez que as informações têm sido obrigatoriamente divulgadas pela administração pública, conforme previsto pela lei, cabe verificar se tais informações contribuem para que os cidadãos possam exercer controle sobre os atos da administração pública. Para tanto, acredita-se ser necessário a disponibilização de dados de qualidade.

Desta forma este estudo teve como objetivo analisar a qualidade das informações do portal de transparência e efetividade da participação popular no município de Mariana. Especificamente buscou-se verificar a qualidade das informações disponíveis no portal de

transparência e analisar a efetividade da participação popular considerando o uso das informações do portal de transparência e a participação nas audiências públicas.

A escolha do município se deu face à situação a qual o mesmo vivenciou recentemente. Uma tragédia, a maior tragédia ambiental do país, que deixou inúmeros desabrigados, reforçando assim, a necessidade de uma administração eficiente de recursos públicos para que os problemas causados pela tragédia possam ser minimizados. Acrescenta-se a isso o fato de que o município apresenta um montante significativo de arrecadação de receitas públicas devido à atividade mineradora exercida na localidade. Outro fator relevante é que de acordo com ranking de transparência divulgado pelo Ministério Público Federal em 2016, o município de Mariana que obteve nota 4,8 na primeira avaliação em 2015 subiu para nota 7,0, na segunda avaliação no ano de 2016, estando entre as 100 cidades mais transparentes do estado de Minas Gerais (MPF, 2016).

Diversos trabalhos têm versado sobre a utilização de meios eletrônicos como instrumentos que permitam a participação da sociedade nos atos da administração pública, tais como Silva et al. (2014), Grimmelikhuijsen & Welch (2012), Evans (2012), Renzio e Masud (2011), dentre outros. Porém até o momento não foi realizado um estudo que permitisse verificar a qualidade dos dados disponibilizados no portal de transparência, da localidade foco da análise proposta, como mecanismo que permita o controle social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Administração pública, transparência e participação popular

O modelo de gestão adotado pela administração pública foi influenciado pelas práticas de gestão das empresas privadas (FREY, 2007). Porém, tal iniciativa está sendo repensada pelos governos, pois os públicos a quem se destinam tais ações são distintos, bem como, os objetivos dos gestores.

As ações públicas tem como grupo alvo os cidadãos, seu objetivo básico é buscar e manter o bem-estar coletivo. Logo, para conseguir alcançar tal propósito é necessária a participação ativa da sociedade no processo de desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, os governos estão adotando modelos de gestão democrático-participativos.

Segundo Frey (2007) tal abordagem objetiva incentivar a organização da sociedade civil e promover a reorganização dos instrumentos de decisão, para que haja um maior envolvimento dos cidadãos no controle social da administração pública e na elaboração de políticas públicas.

Frey (2007) ainda discorre que nesse modelo o setor governamental e administrativo se reinventa, pois o aumento do controle social promove a democratização das relações Estado-sociedade e, por conseguinte, aumenta a participação da população na gestão da coisa pública.

O maior envolvimento da sociedade com as questões públicas exige mudanças estruturais. Ter acesso às informações é uma prioridade, pois os cidadãos precisam ter ciência de como ocorre a aplicação dos recursos. Isso leva a administração pública a sofrer pressões para assumir uma postura mais transparente através da divulgação dos dados e informações com que lida cotidianamente, excluindo as informações confidenciais.

Tal iniciativa teria que principiar-se no Estado, segundo Secchi (2008), o Estado adotaria a ideia de *accountability*, ou seja, por obrigação os gestores governamentais em exercício exibiriam a relação das contas e despesas dos órgãos em que atuam e assumiriam as responsabilidades cabíveis perante os cidadãos e, portanto, resultaria uma maior transparência.

Segundo Matias Pereira (2002) a efetiva transparência do Estado só ocorrerá quando os cidadãos usufruírem do acesso as informações governamentais, o que fomentaria relações mais democráticas.

Para entender a importância da questão da transparência para os cidadãos é necessário conceituá-la. Laporte, Demchak e Friis (2000) enfatizam que a transparência é resultado da abertura livre e universal das organizações para fornecer informações abrangentes e oportunas, além de manter canais para comunicação direta. Logo, tal conceito se efetiva quando a informação interna é divulgada de forma abrangente, atualizada e acessível a todos os públicos, implicando em uma nova postura da organização.

Logo um governo transparente, seria aquele que disponibilizasse informações atualizadas e acessíveis aos cidadãos

Portanto, uma maior transparência é necessária, pois segundo afirmação de Carlos et al. (2010) quando o governo não adota práticas de transparência favorece a corrupção e induz os cidadãos a não atribuir credibilidade no governo e em seus governantes, resultando em um afastamento político.

Torna-se necessário adotar práticas de transparência aliadas a um controle social da gestão pública. O controle social segundo Secchi (2008) é um conjunto de ações realizáveis que um grupo social pode colocar em prática, de forma a possibilitar o bem coletivo, assegurando normas, princípios, cultura e costumes.

Secchi (2008) ainda afirma que tal controle é fundamental incentivo para condutas justas, além de tolher desvios e abusos na gestão pública e promover a inclusão social.

O problema é que o controle social é pouco exercido, pois de acordo com a afirmação de Rausch e Soares (2010) o processo de conscientização da sociedade é lento, mas quando estiver arraigado na população, está se tornando ativa ao reivindicar seus direitos e no comportamento participativo, influenciando no destino das ações governamentais.

Vale ressaltar, que a administração pública tem buscado mecanismos que incluam os cidadãos em suas decisões. Nesse sentido, as tecnologias da informação e comunicação são um fator estratégico, pois são meios popularizados e de fácil acesso.

Nesse sentido, Vaz et al. (2010) discorrem que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) permitem que a transparência seja fortalecida, por tais meios a população tem acesso aos dados e informações disponibilizados pela Administração Pública. De acordo com a afirmação de Pinho (2008) as particularidades que as novas TICs possuem propiciam a rapidez na comunicação e na interação entre sociedade e governo.

Para Pinho (2008) a criação dos portais de transparência é uma importante ferramenta para que os governos exponham sua identidade, seus propósitos até suas realizações. O autor discorre que os portais de transparência permitem o acesso as informações sobre serviços e dados que facilitam a execução dos negócios e o reconhecimento das necessidades dos cidadãos.

Sendo assim, a efetivação da participação pode ser possibilitada pelo uso da tecnologia de informação. Kakabadse et al. (2003) corrobora com esta ideia ao apontar que, uma vez que a tecnologia de informação possibilita uma mais clara e acessível relação de controle, exercida de forma mais direta pelos cidadãos, permitindo debate, não dominado por político ou pela mídia, a tecnologia da informação (e a internet) teriam a capacidade de reforçar a participação social e a *accountability* pública na produção democrática da decisão.

Observa-se que questões relacionadas a transparência pública ganharam maior notoriedade no país a partir do advento da Lei Complementar nº 101/2000, ou LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (CRUZ, FERREIRA, MACEDO, SILVA, 2012).

Outro relevante passo para promoção da transparência, foi a criação da Lei de Acesso a Informação (LAI) (Lei nº 12.527 de 2011), lei implementada posteriormente a LRF. A LAI reforça o direito que todos têm de receber dos órgãos públicos informações de interesse pessoal e coletivo, efetivando o direito constitucional do cidadão de acesso a informação.

Uma vez que, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal passaram a ser obrigados a divulgar periodicamente informações verídicas, claras e consistentes sobre o uso dos recursos públicos, conforme instituído pela LAI, esses portais tornam-se um meio de obtenção de informações pelos cidadãos, permitindo a participação consciente dos mesmos nos atos da administração pública, enquanto agente fiscalizador e proponente de ações.

Surgem então no cenário nacional os chamados Dados Governamentais Abertos. Segundo Mazoni (2011) os Dados Governamentais Abertos tem sua construção baseada na transparência, participação e colaboração. A transparência está relacionada com a responsabilidade de informar os cidadãos sobre as ações governamentais. A participação possibilita aos cidadãos cooperar com os governos na elaboração de políticas mais eficazes e abrangentes. A colaboração aprimora a eficácia do governo, incentivando a cooperação entre a sociedade e os diferentes níveis de governo.

Porém, conforme colocado por Silva et al. (2014) apenas a disponibilidade de informações, não significa propriamente transparência e tão pouco *accountability* e muito menos a garantia de participação social. Para que as informações sejam utilizadas pelos cidadãos elas devem permitir o entendimento por estes. Sendo assim, torna-se importante no processo a qualidade das informações.

2.2. Dimensões para avaliação dos portais de transparência

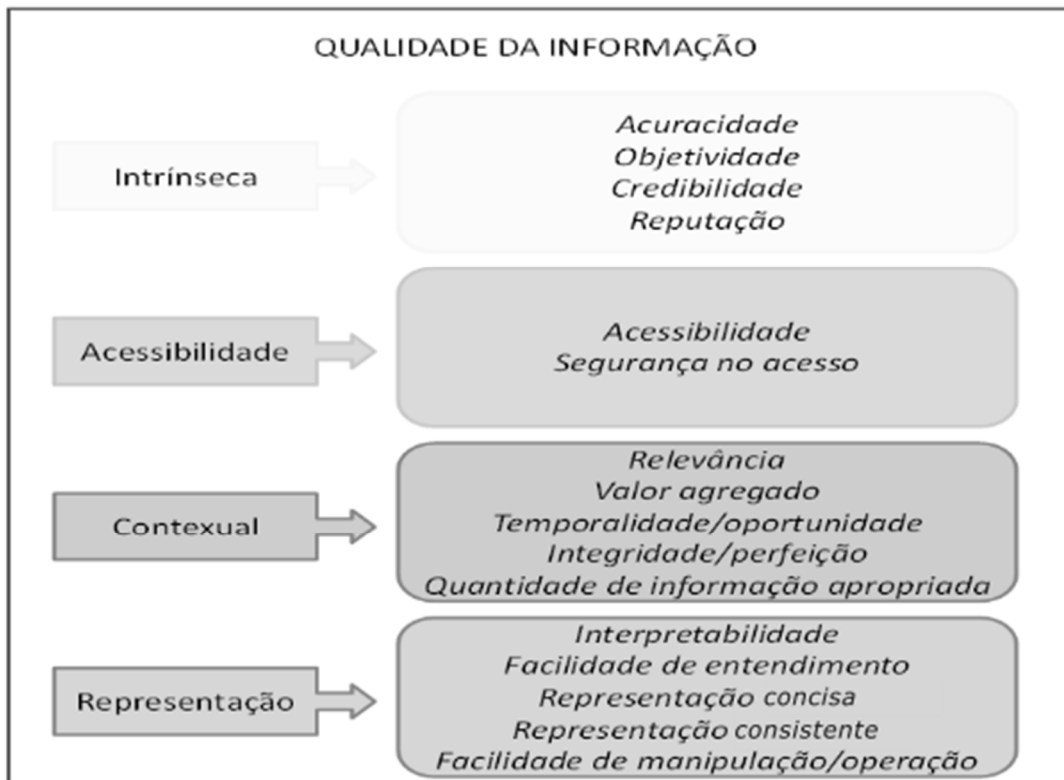
É notório o avanço no uso de novas tecnologias para disponibilização de informações a sociedade, porém, a credibilidade nas informações disponibilizadas pelos portais de dados abertos ainda é um grande desafio, principalmente em países em desenvolvimento, conforme destacado por Dabla-Norris et al. (2010) e Gollwitzer (2010).

Além da credibilidade, Reinhard, Albano e Araújo (2013) apontam que o livre acesso dos dados e a compreensibilidade, também são fatores relevantes. Tem-se que muitos ou até grande parte dos dados governamentais disponibilizados apresentam difícil entendimento, principalmente para cidadãos leigos. Os autores alertam ainda que informações incompreensíveis divulgadas ao cidadão não atendem aos objetivos dos Dados Governamentais Abertos - DGA (REINHARD, ALBANO e ARAUJO, 2013).

Informações de qualidade são essenciais para uma participação efetiva do cidadão. Inúmeras são as dimensões de avaliação apresentadas na literatura para avaliar a qualidade dos dados/informações apresentados e dos portais de transparência. Autores como Eppler (2006) e Wang, Ziad e Lee (2006) têm pontuado características que seriam importantes.

Wang, Ziad e Lee (2006) enfatizam o caráter multidimensional do conceito de qualidade da informação e propõem que a qualidade pode ser analisada por quatro categorias: Intrínseca, Acessibilidade, Contextual e Representação. Cada categoria é composta por diferentes dimensões conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Categorias e dimensões da Qualidade da Informação



Fonte: Elaborada com base em Wang, Ziad e Lee (2006).

Merece também destaque o trabalho de Parker et al. (2006) que fornece direções claras e mensuráveis, resumindo as dimensões apresentadas por outros autores para avaliação da qualidade das informações. Parker et al. (2006) relata como dimensões: *Accessibility* (Acessibilidade), *Accuracy* (Acurácia), *Appropriateness* (Adequação), *Believability* (Credibilidade), *Completeness* (Integridade), *Consistency* (Consistência), *Ease of Manipulation* (Facilidade de Manipulação), *Free-of-Error* (Livre de erro), *Objectivity* (Objetividade), *Relevancy* (Relevância), *Representation* (Representação), *Reputation* (Reputação), *Security* (Segurança), *Speed* (Velocidade), *Timeliness* (Pontualidade), *Understandability* (Compreensibilidade) e *Value-added* (Valor acrescentado) (PARKER et al., 2006, p.7).

A Acessibilidade refere-se ao quão facilmente disponíveis estão as informações no site e para download; a Acurácia refere-se a quão confiáveis e corretas estão as informações na página web; a Adequação refere-se a quão adequado é o conteúdo, de acordo, com as necessidades dos visitantes da páginas web; a Credibilidade ao quão verdadeiro e credível é o conteúdo na página; a Integridade em relação a falta de dados no conteúdo da web e se são suficiente; A Consistência ao fato de as páginas web serem apresentadas no mesmo formato; a Facilidade de Manipulação, ou seja, o quão fácil de manipular é o conteúdo da página; Livre de erro refere-se ao fato de as informações sobre a página web serem corretas e confiáveis, ou seja, livre de erros; a Objetividade refere-se ao quão imparcial e sem preconceitos é o conteúdo da página Web; a Relevância refere-se a análise do quão aplicável, útil e relevante é o conteúdo da página Web; a Representação do quão legível, consistente e estruturado formalmente é o conteúdo da página Web; a Reputação da informação na página da web é altamente considerada no que diz respeito à seu conteúdo (PARKER et al., 2006).

A Segurança, ou seja, em que medida o acesso à página da Web é restrito de forma adequada para manter a sua segurança; a Velocidade de recuperação ou para download do conteúdo de páginas web; a Pontualidade com a qual o conteúdo da página Web é atualizado; a Compreensibilidade se o conteúdo da página Web é facilmente compreendido; e, o Valor acrescentado, ou seja, se as informações sobre a página são benéficas e fornecerem vantagens na sua utilização (PARKER et al., 2006).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve como base de análise as dimensões apresentadas por Parker et al. (2006), por considerar que o autor foi capaz de reunir características importantes para a avaliação da qualidade dos dados/informações.

Quanto à abordagem esta pesquisa pode ser classificada como qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2009) na abordagem qualitativa o ambiente é a base original que possibilita a coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.

Quanto aos objetivos esta pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Vergara (1998) a pesquisa descritiva expressa aspectos de determinadas populações ou fenômenos. Gil (2008) salienta que existem múltiplos estudos classificados como descritivos. Segundo o autor, estudos que se propõe a investigar atitudes e opiniões de determinadas sociedades são incluídos neste grupo. Nesse sentido, este estudo também pode ser classificado como

descritivo uma vez que, se propõe a verificar o envolvimento dos cidadãos nas discussões das ações dos gestores públicos locais, além de descrever o portal de transparência do município.

O estudo de caso foi escolhido como técnica metodológica central deste trabalho. Segundo Yin (2001) o estudo de caso é uma técnica de investigação empírica que busca explicar fenômenos contemporâneos, dentro de um contexto determinado, principalmente se os limites entre o fenômeno e o contexto não estão devidamente definidos. Logo, tal trabalho consistiu essencialmente na produção de um estudo de caso sobre a efetividade do portal de transparência de Mariana, como instrumento de controle social da gestão pública.

3.1. Instrumentos de coleta de dados

Os procedimentos utilizados neste estudo foram a pesquisa documental, entrevistas estruturadas com amostragem por acessibilidade e observação participante.

Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa documental é um instrumento para obtenção de dados por meio de fontes primárias que podem ocorrer no instante em que sucedem os fatos ou após. A entrevista segundo Gil (2008) é um diálogo díspar, onde o sujeito entrevistado serve como fonte de dados para as pesquisas. Por fim, para Vergara (1998) a pesquisa participante é responsável por transformar a tradicional fronteira entre pesquisador e sujeito em limites sutis.

3.2. Fonte de dados e período de investigação

Para obtenção dos dados foi efetuada a pesquisa documental tendo como base o Portal de Transparência do município de Mariana – MG, disponível em <http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01022-003/recursos.faces?mun=f0oRtar6ScA=>. Este documento foi analisado considerando as dimensões de qualidade da informação levantadas por Parker et al. (2006).

O segundo instrumento aplicado a esta pesquisa consistiu em entrevistas com moradores de diversos bairros na tentativa de verificar o nível de conhecimento sobre os instrumentos utilizados pelo Poder Público para divulgar informações. Também se buscou nas entrevistas mapear o nível do conhecimento da população sobre questões básicas relacionadas a gestão pública. Cada entrevista durou aproximadamente 10 minutos e foram efetuadas de forma presencial e digital, sendo realizadas, em sua maioria, pessoalmente em diversos bairros e em dois distritos. Foram entrevistadas 52 pessoas no município de Mariana, no período de 18/06/2016 a 07/07/2016. Foram realizadas também observações participante, que ocorreram no ano de 2016 em reuniões oficiais do Executivo, do município de Mariana, abertas a população.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Análise da qualidade das informações do Portal de Transparência

A qualidade das informações do Portal de Transparência do Município de Mariana foi analisada considerando as dimensões levantadas por Parker et al. (2006).

Quanto a **acessibilidade** verificou-se que os dados estão disponíveis pela internet, podendo ser acessados facilmente através da página oficial da Prefeitura na web ou através do navegador. Em todos os testes foi possível realizar o download das informações em arquivos no formato PDF sem nenhuma dificuldade.

Para verificar a **acurácia** foram realizadas buscas em diversos ícones diferentes a fim de examinar a autenticidade dos dados, os dados se mostraram corretos gerando confiança nos assuntos expostos.

Quanto à **adequação**, o conteúdo está de acordo com a finalidade de tal instrumento. O portal conta com diversos arquivos para que os visitantes da página possam acompanhar as entradas e saídas de caixa do município.

Para o quesito **credibilidade**, não é possível considerar verdadeiro e creditável o conteúdo do portal. A página do portal foi desenvolvida por empresa privada especializada em softwares para gestão pública e com todos os direitos autorais de criação reservados, mas não fica claro quem são os autores responsáveis pela atualização dos dados. Apesar do portal ser um instrumento oficial de divulgação de informações não é possível discernir se os sujeitos que realizam a atualização dos dados são responsáveis internos na prefeitura, pois não há como verificar na página.

No que tange a **integridade** os dados apresentados são catalogados pelas instituições públicas e essas são responsáveis pela manutenção dos dados no portal, logo, não podem sofrer alterações que não sejam autorizadas, ou realizadas por seus autores, encontrando-se íntegros.

Analisada a **consistência**, todos os dados examinados apresentaram-se consistentes sendo disponibilizados em mesmo formato, embora tenha sido verificada falta de dados com o aparecimento da mensagem: “não existem dados para esta entidade”.

Quanto a dimensão **facilidade de manipulação** o conteúdo da página é de fácil manipulação.

O portal parece não estar **livre de erros**, pois, após averiguação foram constatadas faltas de alguns arquivos.

Quanto a **objetividade** o conteúdo pode ser considerado imparcial e apresenta dados sobre diversos setores.

Na análise da dimensão **relevância**, alguns itens são bem detalhados e com grande quantidade de dados disponíveis que podem ser acessados a qualquer momento, porém em alguns casos não é possível distinguir a que Secretarias estão atreladas as informações o que poderia ser resolvido através de um maior detalhamento.

Quanto a **representação** o conteúdo pode ser classificado como legível, consistente e estruturado. Utiliza símbolos e unidades de fácil compreensão. Como citado anteriormente, tal página foi desenvolvida por empresa privada especializada em softwares para gestão pública que também atende diversos municípios mineiros mantendo fiel o padrão de layout.

Para a **reputação**, observou-se que a informação é considerada no que diz respeito à seu conteúdo, apresentando descrição das características e informações disponibilizadas.

Por se tratar de um portal aberto não foram constatadas restrição de acesso a dados, para manutenção de **segurança**.

Nos testes realizados a **velocidade** de downloads averiguada foi considerada satisfatória, porém em testes com dispositivos móveis (tablets e smartphones) tal velocidade foi considerada ruim. O tempo de recuperação verificado nos testes foi avaliado como bom.

Durante as análises foi possível averiguar que determinados dados tem **atualização** mensal. O mesmo não ocorre com informações divulgadas apenas após a consolidação dos dados anuais, logo, tal atualização só ocorrerá em um intervalo de doze meses.

A linguagem não é de fácil compreensão, pois apresenta termos técnicos que podem comprometer o **entendimento** do assunto pelo cidadão comum.

Os dados divulgados são benéficos, pois são o meio oficial disponibilizado a sociedade para que esta possa conhecer quais serão os prestadores de serviços futuros do município, o quanto é direcionado para pagamento de funcionários, quais os prestadores de serviços atuais, dentre outras informações. A população precisa ter acesso às informações referentes a situação da cidade para questionar junto aos responsáveis pela gestão municipal quais as medidas que estão sendo adotadas a curto e longo prazo. Podendo então ser considerados como detentores de **valor agregado**.

Considerando as dimensões avaliadas, o portal atende em sua maioria aos requisitos avaliados por Parker et al (2006) para uma boa qualidade de informação, no entanto, a falta de dados e a difícil compreensão da linguagem utilizada comprometem a credibilidade, a integridade, a ocorrência de erros e o entendimento.

4.2. Efetividade do portal de transparência como ferramenta de controle social da gestão pública

Foram entrevistadas cinquenta e duas pessoas, sendo que destas, trinta são moradores locais e vinte são moradores com vínculo empregatício nos diversos setores da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto); duas pessoas são ex-moradores, mas como o acesso ao distrito onde residem até a cidade sede é precário, ainda optam por utilizar os serviços que a cidade foco de análise disponibiliza aos seus cidadãos. Também é oportuno ressaltar que os ex-moradores ainda não transferiram o título eleitoral para seções da cidade atual, por esse motivo, seus depoimentos também são passíveis de análise, pois além de utilizarem os serviços locais também decidem sobre os futuros gestores públicos do município.

Foram elaboradas vinte perguntas que serviram como base de investigação sobre o nível de conhecimento que a população tem sobre os instrumentos de divulgação oficial de informações do Executivo. Buscou-se especificamente levantar o grau de conhecimento sobre o portal de transparência, também discutiu-se sobre as audiências públicas e a aplicação da verba pública.

Inicialmente a intenção era identificar se a população sabia sobre a existência do portal e sua finalidade, ou seja, se o portal contribuiu efetivamente para a participação popular na gestão municipal. Nesse sentido, os entrevistados foram estimulados a relatar a percepção sobre o site, cabe ressaltar que, a grande maioria amostral expressou conhecimento positivo sobre a existência da ferramenta, mas, não foram capazes de elaborar uma definição clara e em alguns casos nem mesmo aproximada para a criação e manutenção de tal instrumento. Excluiu-se de tal análise os moradores com vínculos empregatícios nos setores públicos, pois, além de conhecer a ferramenta compreendem a que se propõe e o porquê de sua origem.

De modo geral, nos depoimentos ficou claro que raramente os entrevistados efetuam visitas a página, nas ocasiões em que ocorrem o acesso é por meio do próprio site da Prefeitura Municipal, visto que, o ícone de redirecionamento está visível na parte superior da página. Também é possível realizar a busca online por meio de navegadores de busca, cujos resultados são rápidos e assertivos. Foi verificado que o acesso, quando ocorre, ocorre através de diversos tipos de dispositivos móveis (tablets, smartphones, etc.) e o comportamento da página web mantém o mesmo padrão sem apresentar discrepâncias ou falhas de carregamento. Alguns entrevistados relataram já terem realizado o download dos dados para fins diversos e não encontraram dificuldades.

O layout do portal foi apontado como de fácil compreensão e não gerou dúvidas nos visitantes, mas é necessário ressaltar a insatisfação com a estrutura de tópicos extensa e, por conseguinte, cansativa. Os entrevistados relataram que para realizar buscas simples é preciso abrir diversos tópicos na tentativa de encontrar a informação que lhes é útil, como enfatizado pelo entrevistado:

Os dados são expostos através de muitos links o que faz a pesquisa ser demorada e cansativa.¹

A fala de outro entrevistado também confirma tal sentimento:

Os dados são confusos e pouco detalhados, não entendo grande parte do que está ali. Outra “coisa”, é muito chato buscar informações por lá! Quando procuro números da folha de pagamento dos funcionários digito no GOOGLE que mostra o resultado mais rápido, se eu procurasse por lá levaria uns 15 minutos ou mais.²

A dificuldade para entender a linguagem da ferramenta é outro ponto de destaque do fragmento acima e também pode ser verificada em grande parte das entrevistas. Alguns termos específicos geraram confusão, pois, o visitante não está familiarizado com a terminologia técnica específica de atividade.

No que tangencia a qualidade da informação divulgada há uma dualidade de posicionamentos. O portal é um instrumento que consolida as informações oriundas de diversos setores, contudo, no momento da atualização mensal a grande quantidade de dados pode acarretar erros humanos não intencionais. Logo, a informação pode conter erros e por vezes não apresentar a realidade fidedigna. Conforme colocado por um dos entrevistados:

Erros humanos sempre acontecem, ainda mais quando é necessário lidar com muitos números.³

Todavia, o conhecido histórico de corrupção no País também afeta a percepção dos moradores em relação a existência de erros e, conseqüentemente, a opinião sobre a veracidade dos fatos. Conforme colocado por um dos entrevistados:

Nenhuma informação de órgão público é livre de erro, o histórico de corrupção acompanha os políticos.⁴

Do mesmo modo, os aspectos cotidianos influenciam na assimilação das informações:

¹ Entrevista com Entrevistado 4, morador do município de Mariana com algum vínculo empregatício nos diversos setores da Prefeitura Municipal ou SAAE, realizada em junho 2016 pela autora.

² Entrevista com Entrevistado 5, morador do município de Mariana, realizada em junho de 2016 pela autora.

³ Entrevista com Entrevistado 32, morador do município de Mariana com algum vínculo empregatício nos diversos setores da Prefeitura Municipal ou SAAE, realizada em julho de 2016 pela autora.

⁴ Entrevista com Entrevistado 39, morador do município de Mariana, realizada em julho de 2016 pela autora.

Os dados são ficcionais, a realidade da situação da cidade é omitida. No portal é tudo perfeito, as contas fecham corretamente e não tem sinal de corrupção, mas a realidade que a gente observa por aí é diferente.⁵

Ainda que a dualidade persista em relação a ocorrência de erros e a veracidade dos dados o mesmo não ocorre com os ícones de demonstração dos principais gastos e receitas da Prefeitura. Os ícones foram considerados suficientes, pois, resumem as principais transferências financeiras. Contudo, vale ressaltar a falta de uma maior explicação dos dados, pois o visitante consegue visualizar as entrada e saídas de capital, mas, não consegue interpretar quando, como ou mesmo o porquê das operações terem acontecido.

Embora o portal de transparência seja uma importante ferramenta disponível, e segundo Matias Pereira (2002) a efetiva transparência do Estado só ocorrerá quando os cidadãos usufruírem do acesso as informações governamentais, o que fomentaria relações mais democráticas, o que observou-se foi que esta ferramenta tem sido pouco utilizada pela população.

Diante das deficiências apresentadas pelos entrevistados, a pouca utilização das informações e consequente pouca participação popular pode dever-se a qualidade das informações disponibilizadas no portal, pois como colocado por Silva et al. (2014) apenas a disponibilidade de informações, não significa propriamente transparência e tão pouco *accountability* e muito menos a garantia de participação social.

Cabe destacar que o portal de transparência não é a única ferramenta oficial de divulgação. Outro instrumento oficial que poderia auxiliar no esclarecimento das questões públicas são as audiências públicas. A audiência é uma reunião entre munícipes e governantes locais para debater temas referentes ao município. Através desse contato, da interação direta dos cidadãos com a política é possível discutir os rumos do município e apresentar projetos de melhoria ou mesmo contestá-los.

Isto posto, quando os munícipes conjugam as ferramentas disponíveis para conhecer e entender os caminhos adotados pelos gestores acabam por desenvolver também a capacidade de questionar e discernir sobre as decisões do município e, conseqüentemente, propor ideias. É justamente desse processo de elucidação da sociedade que nasce a participação popular.

Como as audiências também consistem em fonte de informação e oportunidade de participação e discussão dos atos da administração pública municipal, contribuindo assim com a transparência da gestão municipal, além das entrevistas, foram realizadas observações

⁵ Entrevista com Entrevistado 41, morador da cidade de Mariana com algum vínculo empregatício nos diversos setores da Prefeitura Municipal ou SAAE, realizada em julho de 2016 pela autora.

participante em audiências municipais com intuito de compreender como ocorre a interação dos cidadãos locais com as práticas da gestão pública municipal.

Nas audiências do Poder Executivo do município foi verificado que os partícipes, em sua maioria, são moradores com algum vínculo empregatício nos diversos setores da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). As audiências contaram com a presença de políticos e secretários de educação, saúde, dentre outros setores.

As audiências analisadas foram abertas ao público em geral, com datas e horários divulgados previamente pelo setor de comunicação da Prefeitura. A duração média das reuniões foi de duas horas e o objetivo nesse período era promover o diálogo entre a população e os gestores públicos, mas, cabe ressaltar, que os partícipes pouco se pronunciaram, as dúvidas quando ocorriam eram muito pontuais e pouco se questionava sobre os projetos expostos. O número de participantes mostrou-se reduzido nestas audiências e não foram verificadas contribuições de ideias ou solicitações de alterações na temática das discussões. Após o esclarecimento dos temas propostos para a discussão a reunião foi encerrada.

Embora existam mecanismos como o portal e a realização de audiências, estes não foram suficientes para tornar a população popular efetiva no que tange os atos da administração pública, no município de Mariana, em termos de planejamento, elaboração e monitoramento. Confirmando o exposto por Rausch e Soares (2010), segundo o qual controle social é pouco exercido, pois, o processo de conscientização da sociedade é lento, mas quando estiver arraigado na população, está se tornando ativa ao reivindicar seus direitos e no comportamento participativo, influenciando no destino das ações governamentais.

Falta então uma conscientização da população em relação ao poder que ela adquire ao deter de informações, pois como colocado por Kakabadse et al. (2003), uma vez que a tecnologia de informação possibilita uma mais clara e acessível relação de controle, exercida de forma mais direta pelos cidadãos, permitindo debate, não dominado por político ou pela mídia, a tecnologia da informação teria a capacidade de reforçar a participação social e a *accountability* pública na produção democrática da decisão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu analisar a qualidade das informações do portal de transparência e efetividade da participação popular no município de Mariana. Conclui-se que

a qualidade das informações do portal, com base nas dimensões analisadas, não atende satisfatoriamente as dimensões: credibilidade, pois, não fica claro quem são os autores responsáveis pela atualização dos dados; integridade, pois, foi constatada falta de dados; e, livre erro, pois, não foi possível averiguar se o conteúdo da página é livre de erros, visto que, faltam alguns arquivos. Cabe ressaltar ainda, que o uso dos termos técnicos compromete o a dimensão compreensibilidade e ameaça o principal objetivo da ferramenta, a transparência.

O portal de transparência pode ser visto como ferramenta de divulgação oficial apresentando-se como mais um aliado da sociedade para se inteirar dos gastos e receitas do município, subsidiando a participação popular, permitindo acesso remoto e reduzindo as fronteiras entre município e cidadão, além de excluir qualquer forma de preconceito. Entretanto, salienta-se que tal instrumento ainda não pode ser considerado como um meio eficiente para fiscalizar os atos dos gestores públicos, pois, para que a transparência se efetive é necessário que a sociedade conheça as contas públicas e tenham capacidade de julgá-las, ou seja, de interpretar e utilizar para diversos fins. Cabe ressaltar que a falta de maiores esclarecimentos sobre as operações financeiras prejudica um dos princípios fundamentais para criação de tal instrumento, qual seja, prestação de contas.

Por sua vez, o portal não é o único meio oficial de acesso a informações sobre os atos da administração pública municipal, sendo assim, a população pode contar também com a realização de audiências públicas. Cabe ressaltar que a conjugação dos diversos instrumentos colocados à disposição para que os munícipes interajam com a política local, podem também fomentar a participação popular nos atos da administração municipal. Contudo, a população sem vínculo empregatício com a prefeitura ainda não está familiarizada com tais reuniões, sendo o nível de comparecimento nas audiências ainda modesto.

Considera-se então que ciente de novo cenário em que a busca por informações é crescente gerando impactos diretos na participação popular, o município tem procurado aperfeiçoar seus mecanismos adequando-se à nova tendência de gestão pública. O portal atende em sua maioria aos requisitos avaliados para uma boa qualidade de informação, no entanto, a falta de dados comprometem a credibilidade, a integridade e a ocorrência de erros, assim como a dificuldade para compreender a linguagem utilizada compromete a compreensibilidade. Embora existam mecanismos como o portal e a realização de audiências, estes não foram suficientes para tornar a participação popular efetiva no que tange os atos da administração pública, no município de Mariana, em termos de planejamento, elaboração e monitoramento. Espera-se que este estudo contribua para melhoria da qualidade das

informações prestadas pela administração pública e contribua para que se alcance a efetividade da participação popular.

Como limitações desta pesquisa se destacam o número limitado de audiências públicas no ano de 2016 e a falta de arquivos importantes no portal de transparência o que refletiu negativamente na pesquisa documental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Portal da transparência**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 08 de março de 2016.

BRASIL. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 08 de março de 2016.

CARLOS, F. A. et al. Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 13, n. 2, p.1-15. 2010.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76. 2012.

DABLA-NORRIS, E. et al. Budget institutions and fiscal performance in low-income countries. **IMF working papers**, p. 1-56, 2010.

EPPLER, M. J. **Managing information quality: increasing the value of information in knowledge-intensive products and processes**. Springer Science & Business Media, 2006.

EVANS, M. Beyond the integrity paradox—towards ‘good enough’ governance? **Policy Studies**, v. 33, n. 1, p. 97-113, 2012.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. **RAC-eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 136-150, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, p.51,2008.

GOLLWITZER, S. et al. **Budget Institutions and Fiscal Performance in Low-Income Countries**. International Monetary Fund, 2010.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G., WELCH, E. W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public Administration Review**, v.72, n.4, p. 562-571, 2012.

KAKABADSE, A.; KAKABADSE, N. K.; KOUZMIN, A. Reinventing the democratic governance project through information technology? A growing agenda for debate. **Public Administration Review**, v. 63, n. 1, p. 44-60, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de pesquisa metodológica científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPORTE, T.; DEMCHAK, C.; FRIIS, C. Webbing governance: national differences in constructing the face of public organizations. In: GARSON, G. **Handbook of public information systems**. New York: Marcel Dekker Publishers, 2000.

MATIAS-PEREIRA, J. Reforma do Estado e transparência: estratégias de controle da corrupção no Brasil. In: **Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública**, VII, 2002, Lisboa, Portugal.

MATIAS-PEREIRA, J. A Governança Corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Revista de Administração Pública e Gestão social (APGS)**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MAZONI, M. V. F. O papel dos dados abertos para seguir construindo um novo Brasil. In: **Anais do Congresso Internacional Software Livre e Comércio Eletrônico–CONSEGI**, Brasília, DF, Brasil. 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-MPF. **Ranking da transparência**. 2016. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-mg.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. de 2016.

PARKER, M. B., MOLESHE, V.; HARPE, D.L. WILLS, G. B. An evaluation of Information quality frameworks for the World Wide Web. In: **8th Annual Conference on WWW Applications, Bloemfontein, Free State Province, South Africa**, 08 - 06 Sep, 2006.

Disponível em <<http://eprints.soton.ac.uk/262908/>> Acesso em: 17 de novembro de 2015.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RAUSCH, R. B.; SOARES, M. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 4, n. 3, p. 23-43, 2010.

REINHARD, N.; ALBANO, C. S.; ARAUJO, M. H. Dados Governamentais Abertos e Redes Interorganizacionais: Fatores Motivadores e Facilitadores dos relacionamentos entre Governos e Sociedade. In: XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD 2013), 2013, Rio de Janeiro. **Anais do EnANPAD 2013**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. p. 1-16.

RENZIO, P; MASUD, H. Measuring and promoting budget transparency: The open budget index as a research and advocacy tool. **Governance**, v. 24, n. 3, p. 607-616, 2011.

SECCHIN, L. B. M. Controle Social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício de cidadania. **Revista da CGU**, p. 28-45, 2008.

SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 64-79, 1995.

SILVA, A. A. P.; MONTEIRO, D. A. A.; REIS, A. O. Calidad de la Información de los Datos Gubernamentales Abiertos: Análisis del Portal Brasileño de Datos Abiertos. En: **V Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas**, Sede INAP. Madrid, España, GIGAPP- IUIOG. 2014.

VAZ, J. C.; RIBEIRO, M. M.; MATHEUS, R. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 9, n.1, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Editora Atlas SA, 2000.

WANG, R. Y.; ZIAD, M.; LEE, Y. W. **Data quality**. Springer Science & Business Media, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2011.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Sobre seu perfil:

- Morador da cidade.
- Morador da cidade com algum vínculo empregatício nos diversos setores da Prefeitura Municipal ou SAAE.
- Ex-morador.
- Outro _____.

2. Você conhece o portal de transparência da cidade de Mariana?

- Sim.
- Não.

3. Na sua opinião, para que serve o portal?

4. Para acessar o portal realiza a busca direta no navegador (Exemplo: Google, Bing, dentre outros) ou pelo site da Prefeitura? Quando acessa pelo site da prefeitura encontra facilmente o ícone que redireciona para a página do portal?

5. Já realizou o download dos dados? Cite possíveis dificuldades.

6. Quão fácil é navegar pela página do portal:

- Muito fácil.
- Fácil.
- Regular.
- Difícil.
- Muito difícil.

7. Com que frequência acessa o portal? Verificou se as informações são atualizadas?

8. Todos os termos presentes no portal são de fácil compreensão? Cite possíveis dificuldades.

9. Os dados são expostos de maneira organizada e legível? Cite possíveis dificuldades.

10. Na sua opinião, as informações são imparciais e livres de erros?
11. Na sua opinião, as informações apresentadas são suficientes ou sente falta de dados? Liste os dados que acrescentaria ao portal.
12. Na sua opinião, os dados apresentados são relevantes ou úteis para a população? Por quê?
13. Na sua opinião, a divulgação dos dados através do portal oferece benefícios a sociedade? Por quê?
14. Na sua opinião, o portal é um mecanismo eficiente que possibilita fiscalizar o trabalho dos gestores públicos em Mariana? Justifique.
15. A audiência pública também é um meio que a população possui para participar das decisões políticas do município em que reside. Você participa ou já participou de alguma audiência? Quais e com que frequência?
16. Na sua opinião, a prefeitura realiza audiências específicas de monitoramento e avaliação da execução dos projetos planejados pela administração pública?
17. Há algum mecanismo na cidade que te permita apresentar projetos para que a administração municipal execute? Cite os mecanismos conhecidos.
18. Já apresentou ou conhece pessoas que enviaram projetos a administração municipal e estes foram aceitos e colocados em prática? Se sim, quais projetos?
19. Todo ano ocorre a reunião para discussão e elaboração do orçamento municipal para o ano seguinte. Nesse orçamento é especificado como a verba pública (arrecadações da Prefeitura) será usada. Ela deve ser dividida de acordo com as necessidades dos cidadãos. Na sua opinião, como o poder público toma conhecimento das necessidades dos cidadãos dos diversos bairros?
20. Na sua opinião, a maneira como é aplicada a verba é adequada, ou seja, realmente leva em consideração as necessidades da população?